



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Vivências nas Ruas: Trajetórias de Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro

Experiences on the Streets: Trajectories of Children and Adolescents in Rio de Janeiro

Malvina Angélica de Souza¹

1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

1) Introdução

O estudo analisa como crianças e adolescentes passam a viver em situação de rua no Rio de Janeiro, buscando compreender as causas e fatores que os levam a usar a rua como espaço de sobrevivência.

Apesar dos avanços na Política Nacional para Inclusão Social da População Adulta em Situação de Rua, essa política não contempla crianças e adolescentes, pois não prevê nem mesmo uma contagem nacional desse grupo, tampouco subsídios para seu atendimento. Estados e Municípios vem buscando prerrogativas de atendimento a esta população, seja por reivindicação da própria população usuária que historicamente busca a garantia pelos seus direitos através das políticas sociais, seja por camadas da sociedade, em especial a burguesia, que busca que o Estado apresente respostas através da disseminação de uma cultura de repressão, encarceramento, e eliminação física conforme cita o autor Wacquant (2001).

Discutir esse tema hoje implica questionar uma sociedade que marginaliza e invisibiliza esses jovens, os quais Márcia Gatto (2017) chama de "indesejáveis".

¹ Especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade - Instituto Fernandes Figueira. Bacharel em Serviço Social - Centro Universitário Plínio Leite. Email: angelicasouza.consultoria@gmail.com



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

2) Desenvolvimento

O estudo apresenta uma análise histórica e crítica sobre a vida nas ruas de crianças e adolescentes, destacando a pobreza estrutural como causa central do fenômeno. Segundo autores como Silva (2009), Escorel (1999) e Campos (2004), a pobreza e a desigualdade social são produtos do sistema capitalista e da má distribuição de riquezas, agravadas por processos de urbanização e falta de políticas públicas adequadas.

Durante o século XX, especialmente a partir dos anos 1980, houve uma mudança significativa na percepção e no tratamento dado a crianças e adolescentes em situação de rua. Com o fortalecimento da democracia no Brasil e o apoio de movimentos sociais, surgiram iniciativas como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que passaram a defender esses jovens como sujeitos de direitos e não como delinquentes.

A Constituição de 1988 e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) trouxeram avanços significativos nas políticas públicas, como a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), que definiu serviços específicos para a população em situação de rua, como o Serviço Especializado em Abordagem Social.

Na cidade do Rio de Janeiro, foi elaborada em 2009 a primeira Política Municipal de Atendimento às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, mas sua implementação foi marcada por contradições. Em vez de fortalecer os serviços socioassistenciais, o governo municipal adotou ações repressivas de "recolhimento" visando "limpar" a cidade para megaeventos (como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016), violando os direitos dessa população.

Em resposta, surgiram articulações como a Rede Rio Criança (RCC), que buscavam garantir um atendimento mais humano e integrado. A repressão institucional, impulsionada por interesses políticos e pela mídia sensacionalista, gerou uma cultura de criminalização da pobreza, conforme apontam autores como Wacquant (2001) e Lima (2016).

Com a pandemia de Covid-19, houve um agravamento da pobreza e aumento da população em situação de rua. Nesse contexto, foi criado o Projeto Abordagem Dedicada, inserido na Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS. O projeto atua por meio de abordagens territoriais



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

sistemáticas, escuta qualificada, oficinas lúdicas, estudos de caso e encaminhamentos intersetoriais, buscando garantir o acesso aos direitos e promover a cidadania de crianças, adolescentes e suas famílias.

Em suma, o resumo aponta que a vida nas ruas é um fenômeno social complexo, ligado à desigualdade estrutural, e que requer respostas integradas, intersetoriais e humanizadas, afastando-se de práticas repressivas e reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos.

3) Considerações Finais

O estudo analisa a complexa realidade de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro, destacando como essa condição é resultado das profundas desigualdades estruturais de uma sociedade capitalista e excludente. Embora existam políticas públicas voltadas a esse público, há uma grande distância entre o discurso legal e sua efetiva aplicação. A negligência histórica do Estado contribui para a invisibilidade dessas crianças, dificultando políticas eficazes.

A criação da Política Municipal de Atendimento representou um avanço, mas foi comprometida por retrocessos, como ações repressivas durante os megaeventos. O Projeto Abordagem Dedicada, implementado durante a pandemia, surge como alternativa humanizada, centrada na escuta, no vínculo e no acesso à rede de proteção.

O estudo conclui que é necessário institucionalizar práticas integradas e permanentes, envolvendo diversas políticas públicas. Para isso, o Estado deve abandonar práticas repressivas e adotar uma postura comprometida com a justiça social e a inclusão de todos os cidadãos.

4) Referências Bibliográficas

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, MDS: 2014.

CAMPOS, André. O movimento da “velha” exclusão social. In: CAMPOS, André, POCHMANN, Márcio, AMORIM, Ricardo, SILVA, Ronnie, (orgs). Atlas da exclusão social no Brasil. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2004



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

SCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 1999.

GATTO, Márcia. Os indesejáveis: das práticas abusivas e ideologia dominante no enfrentamento aos sujeitos indesejáveis no Rio de Janeiro. Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Faculdade de Educação, 2017. 393 f.

LIMA, Rodrigo Silva. Convivência Comunitária para que e para que? Projeto Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009.

WACQUANT, L.. Punir os pobres: a nova gestão da miséria dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F Bastos, 2001.